



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º , DE 2014

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Requer ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre negociações do Banco do Brasil com a Cielo

Senhor Presidente:

Com fundamento no § 2.º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115, inciso I, e 116, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência sejam requeridas ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, todas informações envolvendo as negociações em curso entre a Cielo e a BB Elo Cartões Participações, subsidiária do banco público, com relação à gestão das transações de cartões de crédito e débito.

JUSTIFICAÇÃO

O site *Época – Negócios* publicou em 17 de novembro de 2014 matéria dando conta que existem negociações em curso entre a Cielo e a BB Elo Cartões Participações, subsidiária do banco público, com relação à gestão das transações de cartões de crédito e débito, conforme íntegra abaixo:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

17/11/2014 10h17 - ATUALIZADA EM: 17/11/2014 11h43 -
POR ESTADÃO CONTEÚDO

Banco do Brasil admite estar em negociações com a Cielo

Em comunicado ao mercado, banco afirmou que "tem estudado oportunidades e alternativas para o crescimento dos seus negócios de meios eletrônicos de pagamentos"

O Banco do Brasil enviou nesta segunda-feira, 17, comunicado ao mercado admitindo estar em negociações com a Cielo. Na nota, o vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores Ivan de Souza Monteiro afirma que o banco "tem estudado oportunidades e alternativas para o crescimento dos seus negócios de meios eletrônicos de pagamentos bem como o incremento de sua eficiência, e, nesse sentido, vem negociando com a Cielo." Entretanto, esclarece que até o momento as negociações não estão concluídas.

O mesmo fez a Cielo, também em fato relevante, afirmando que há negociações em curso. Segundo fontes, porém, a Cielo deve anunciar o negócio com o BB, seu acionista controlador ao lado do Bradesco, para assumir o operacional da área de cartões, como apurou o Broadcast. A transação seria em torno de R\$ 9 bilhões e pode envolver também a parte de serviços.

Uma fonte ainda levanta a hipótese de o BB abrir o capital da área de cartões seguindo o mesmo movimento que fez com seguros que resultou na criação da BB Seguridade. Desde que o banco passou a detalhar o segmento em suas demonstrações financeiras, especula-se esta possibilidade. No entanto, Ivan Monteiro, vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do BB, nega, a cada trimestre, este caminho. Há dez dias, o executivo reafirmou que o IPO da área de cartões não estava nos planos do banco. Além disso, o mercado não está favorável para aberturas de capital no Brasil e as empresas que estão na fila seguem em compasso de espera de uma boa janela.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Negociação entre Cielo e BB depende de aprovação do Cade

A negociação da Cielo com o Banco do Brasil quanto à gestão da área de cartões da instituição pública depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A sanção do Cade, segundo comunicado da Cielo, segue a política de transações com partes relacionadas da companhia. Os conselheiros da adquirente indicados pelo BB, porém, ficarão fora das discussões. Isso porque, conforme item da política de transações com partes relacionadas da companhia, "os administradores em posição de conflito deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria".

O movimento faz sentido, pois engordaria o caixa do banco público, aumentando suas receitas, lucro e, consequentemente, os dividendos a serem pagos em 2014. Ao distribuir mais recursos para seus acionistas, o BB beneficia, preferencialmente, o governo, seu controlador, a entregar um melhor superávit primário neste ano. No entanto, para que o negócio entre Cielo e BB tenha tal efeito, o Cade precisaria aprová-lo ainda este ano. Segundo as novas regras do Conselho, fusões ou aquisições devem ser analisadas no prazo máximo de 240 dias, prorrogáveis por mais 90 dias.

Em fato relevante assinado por Clovis Poggetti Junior, vice-presidente Executivo de Finanças e Diretor de Relações com Investidores da Cielo, a companhia destaca que as negociações com o BB estão em linha com o planejamento estratégico da companhia de buscar criação de valor para o acionista por meio do crescimento, da diversificação de receita em negócios relacionados a pagamentos eletrônicos e de maior eficiência operacional. Já o BB informa, conforme documento assinado por Ivan de Souza Monteiro, vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do banco, que a instituição estuda oportunidades e alternativas para o crescimento dos seus negócios de meios eletrônicos de pagamentos bem como o incremento de sua eficiência.

As despesas operacionais do segmento de cartões ultrapassaram os R\$ 2 bilhões de janeiro a setembro. Os possíveis R\$ 9 bilhões a serem pagos pela Cielo, segundo duas fontes, é um valor razoável considerando o tamanho da estrutura de cartões do Banco do Brasil. No ano passado, o Itaú Unibanco anunciou a compra da Credicard, do Citibank, por aproximadamente R\$ 2,8 bilhões.

A área de cartões do BB, que administra e emite cartões de crédito, débito e vale-refeição/alimentação, atingiu 82,2 milhões de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

plásticos em setembro. O faturamento total foi a R\$ 172,5 bilhões no acumulado deste ano até setembro, montante 17,9% maior ante igual intervalo de 2013. O lucro líquido no período da área de cartões do BB foi de R\$ 677 milhões, alta de quase 70% na mesma base de comparação.

Em relatório que acompanha suas demonstrações financeiras do terceiro trimestre, o BB destaca que a "busca de sinergias e ampliação de negócios em parceria com as empresas coligadas complementam os alicerces da estratégia" em cartões, deixando a possibilidade de acordos em aberto. Uma fonte ainda levanta a hipótese de o BB abrir o capital da área de cartões seguindo o mesmo movimento que fez com seguros que resultou na criação da BB Seguridade. Durante conversa com a imprensa, há dez dias, Monteiro reafirmou que o IPO da área de cartões não estava nos planos do banco.

<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/11/banco-do-brasil-admite-estar-em-negociacoes-com-cielo.html>

Diante do vulto e da importância da operação é imprescindível que todos os seus pormenores sejam averiguados.

E isso, a teor do art. 49, X, da Constituição Federal, é atribuição do Congresso Nacional, a quem cabe "fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta".

Assim sendo, requeremos as informações essenciais ao bom desempenho das atribuições constitucionais deste Parlamento, no prazo regimental.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2014.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS
PSDB/SP